

O custo Brasil

econ. - Brasil
Manda a prudência que não se obedeça exclusivamente às fórmulas e não se alimentem esperanças que a realidade poderá desmentir. Cumpre ao novo governo aperceber-se disso, ante excessivos otimismo que estão levando a pensar que a guerra contra a inflação já foi vencida. O Planalto anunciou um novo e importante objetivo: a redução do "custo Brasil". Entretanto, se não o alcançar em curto prazo, o País poderá defrontar-se com sérias dificuldades.

A economia brasileira experimenta situação muito superior à de outros países do Continente: possui uma indústria competitiva no plano da produção. Arrisca-se não entanto a perder totalmente essa competitividade ao onerá-la com uma política trabalhista irrealista, um ônus fiscal desestimulador, e uma infra-estrutura que, de modo geral, extingue todas as vantagens, sem que se fale de um custo do dinheiro que nos impede de ampliar nossa capacidade produtiva.

O novo presidente diagnosticou com profundidade o "mal brasileiro" e intenta implantar inovações na política nacional. Algumas delas, é verdade, começaram com a abertura da nossa economia no governo Collor. Porém, a parte referente à melhoria da produtividade ficou inconclusa. O novo governo pretende dar prioridade ao que, com felicidade, está denominando de "custo Brasil". Impõe-se entender, no entanto, que se trata de um projeto ambicioso, carente de reformas estruturais que não podemos considerar já consumadas.

Até agora, o Plano Real tem-se apoiado em duas âncoras principais: a cambial e a monetária. Seguramente, a crise mexicana mostrou a fragilidade dos instrumentos que podem funcionar a curto prazo, passíveis no entanto, em prazo maior, de propiciar uma utilização mais perniciosa do que útil. O Planalto, após anunciar com grande alarde suas intenções, logo advertiu que a realização de uma nova política dependerá, entretanto, do alcance de um ajuste fiscal. Sabe-se que este, em grande parte, depende da boa vontade de

um Congresso que, embora renovado, parece-nos muito semelhante ao anterior. Corre-se, assim, o risco de ver as mudanças necessárias adiadas por muitos anos.

Não é novidade, e o governo o reconhece, que um dos fatores que agravam os custos no Brasil é o sistema tributário, que onera muito as empresas. O presidente da República anunciou sua intenção de reduzir a carga tributária do setor privado, mas concordou — para

não dizer exigiu — em que, no último dia do governo Itamar Franco, se baixasse uma medida provisória que eleva a tributação das empresas. Tal decisão não permite imaginar que a reforma fiscal que se pedirá ao Congresso corresponderá, na verdade, ao que se anunciou. O governo, como se sabe, pretende reduzir o custo do dinheiro, falando-se, claramente, de uma redução dos depósitos compulsórios e da taxa de juros. Trata-se de um processo progressivo que poderá, talvez, demorar. Entretanto, acreditamos que seria possível aliviar, desde já, as instituições financeiras e que a primeira medida a adotar seria, seguramente, a eliminação do compulsório de 15% sobre os empréstimos e, notadamente, sobre os contratos de câmbio.

Esta última providência permitiria compensar os efeitos negativos da valorização do real para os exportadores. Mas cumpriria sinalizar, mais rapidamente, a vontade de se eliminarem os tributos que pesam sobre os produtos exportados. Em alguns casos, isso pode ser feito sem reforma constitucional; em outros, haverá que esperar a revisão da Carta Magna. Mas, pelo menos, seria proveitoso que o governo divulgasse claramente as sugestões que pretende apresentar ao Congresso.

A melhoria da infra-estrutura que encarece nossas exportações e importações não pode ficar na dependência de gastos orçamentários ou de parcelas ínfimas. Requer-se, porém, que o Planalto apresse o processo de privatização, e consiga uma modificação da legislação atual quanto às concessões de serviços públicos, sem falar da necessidade de revisão dos encargos sociais... Promessas não bastam.

10 JAN 1995
**As propostas de
redução do "custo
Brasil" pelo
governo devem ir
além das
intenções**

ESTADO DE SÃO PAULO